

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

WANDERLENE RODRIGUES

GESTÃO ESCOLAR FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS

ITAPAJÉ – CE

2019

GRUPO EDUCACIONAL FAVENI

WANDERLENE RODRIGUES

GESTÃO ESCOLAR FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS

Trabalho de conclusão de curso
apresentado a FAVENI- faculdade de
venda nova do imigrante. Como
requisito parcial para a obtenção de
título de especialização em Gestão
escolar.

ITAPAJÉ – CE

2019

GESTÃO ESCOLAR FRENTE ÀS AVALIAÇÕES EXTERNAS

RESUMO: O processo de crescimento da Educação Brasileira apresenta um grandioso avanço em sua forma de observar seu desempenho educacional. Nesse estudo, procuramos mostrar como a gestão escolar tem que trabalhar frente aos baixos índices das avaliações externas, visto que são elas que definem a qualidade do ensino ofertado, avaliando as políticas públicas planejadas para educação, de modo que é possível refletir sobre a permanência ou a necessidade de implementar um novo processo. Esse estudo se faz necessário diante da realidade de nossa educação, tendo em vista que a gestão escolar passa o reconhecimento das avaliações externas, destacando principalmente as formações de professores e o processo ensino-aprendizagem. Dessa forma, as avaliações permitem traçar diagnósticos e criar estratégias de enfrentamento de problemas que afetam a aprendizagem. Na perspectiva desse crescimento, o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas ganha um novo foco, um novo caminhar. O objetivo geral desse estudo é identificar o papel do gestor escolar para a melhoria dos índices das avaliações externas. Nos objetivos específicos, procuramos enfatizar a gestão escolar e os desafios atuais, destacar a avaliação educacional e os desafios da gestão escolar para o sucesso das avaliações externas e ainda refletir a avaliação externa, ou avaliação do desempenho escolar. A revisão de literatura é usada como metodologia para obter informações que possibilitam alcançar os objetivos desse estudo. Dessa forma, é possível concluir a importância que se dá no processo ensino-aprendizagem em relação às avaliações externas.

Palavras-chave: Avaliações. Educação. Escola. Gestor. Processo.

1. INTRODUÇÃO

A educação brasileira, em seu processo de crescimento e aprimoramento, apresenta um grandioso avanço na forma de observar seu desempenho educacional. A avaliação tem nesse marco histórico um importante papel na quebra de paradigma, pois é ela quem define a qualidade do ensino ofertado (BLASIS, 2013).

Avaliam-se as políticas públicas voltadas para educação de modo que é possível refletir sobre a permanência ou a necessidade de implementar um novo processo, mas antes de tudo se faz necessário uma organização, um bom planejamento para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma natural e organizada.

Já no século XXI, o que de fato tem chamado atenção ao pesquisar sobre avaliação é o modelo de avaliação governamental que desenha em todo o território nacional seu espaço crescente de aceitação e execução impostas pelo Estado. Esse, por sua vez, utiliza o tal modelo como principal método para alcançar seu objetivo, que é detectar os problemas que o sistema de ensino possa vir a apresentar (LUCKESI, 2013, p.18).

No sentido amplo da avaliação, ela pode seguir dois caminhos ideologicamente conhecidos, como acadêmico ou institucional (LUCKESI, 2013, p.18). A diferença está clara na definição, visto que quando empregada no meio escolar com o propósito de buscar melhorias na aprendizagem esta é conhecida como academia; a institucional se caracteriza pela busca em definir e construir na escola caminhos que valorizem o trabalho desenvolvido pelos profissionais e facilite as condições de aprendizado.

Até finais dos anos 1980 e inícios dos anos 1990, predominantemente, na prática educativa, considerávamos que o responsável pelo fracasso escolar era o educando. Era ele que não desejava ou não investia em sua aprendizagem, por isso era eventualmente ou sucessivamente reprovado (LUCKESI, 2013, p.18).

Portanto, é possível perceber que na visão dos gestores escolares e da política de avaliação implantada pelo sistema, essa ideia apontada pelo autor pretende responsabilizar o aluno pelo seu aprendizado. Porém, esta, de certo modo, tem fracassado. Portanto, uma nova ideologia de avaliação vem sendo doutrinada nas redes públicas de ensino.

A escola no formato atual tem em sua gestão administrativa e pedagógica um modelo de avaliação caracterizado pelas necessidades de apresentar um aprendizado qualitativo e quantitativo. Isso fortalece o pensamento de que a avaliação externa é apenas um instrumento sinalizador de políticas educacionais no país. Desse modo, todos os docentes e discentes de uma instituição de ensino, tendo a frente o gestor escolar, selam o compromisso de construir números capazes de fortalecer e enaltecer a qualidade do trabalho desenvolvido no âmbito do conhecimento e da educação.

Colocar a avaliação nesta posição não foi uma escolha, pois a decisão de separar o ensino da criança da vida foi motivada pela necessidade de afastar a juventude dos problemas, ou melhor, das contradições sociais com o propósito de fornecer a ela, por antecipação, uma interpretação para tais contradições, antes que ela mesma desenvolvesse sua própria interpretação, fora do controle dos interesses dominantes. A escola sempre foi um terreno de disputas ideológicas (FREITAS, 2014, p. 1093).

Sabemos que a avaliação é conduzida de maneira prática e objetiva por parte de quem possa interessar. No entanto, as avaliações externas, que muito interessam aos órgãos do governo, têm seu foco na aprendizagem e no crescimento dos resultados e seu objetivo vai de encontro ao texto acima citado. A escola não é a única responsável por esse processo e isso não foi uma escolha e sim uma imposição motivada.

Então, timidamente, para além da avaliação da aprendizagem, iniciamos a pensar e ensaiar práticas avaliativas que fossem para além da aprendizagem em sala de aulas, chegando, hoje, às práticas de avaliação institucional e de larga escala (LUCKESI, 2013 p.29).

Dessa forma, o desafio de conquistar bons índices na aplicação das avaliações externas – a qual o Estado vem submetendo a escola – é muitas vezes um dos grandes contratempos das instituições e da rede pública de ensino. Essa problemática torna esse estudo altamente relevante, pois nos leva a refletir como a gestão escolar tem enfrentado essa realidade, além de apresentar os efeitos inovadores que as avaliações externas exercem sobre os métodos tradicionais de avaliação.

Diante disso, o objetivo desse estudo é definir os desafios da gestão escolar no processo de avaliação externa, onde os mesmos se caracterizam pelas metas definidas e nas parcerias estabelecidas entre professores, pais e alunos. Assim, nós observamos que o foco do trabalho da gestão em relação às avaliações institucionais, bem como os índices de aprovação, reprovação e frequência escolar são conquistas diárias. Cabe destacar que,

além desses, os resultados de proficiência em língua portuguesa e matemática são desafios prioritários.

O gestor educacional tem assim, uma árdua tarefa de buscar o equilíbrio entre os aspectos pedagógicos e administrativos, com a percepção que o primeiro constitui-se como essencial e deve privilegiar a qualidade, por interferir diretamente no resultado da formação dos alunos e o segundo deve dar condições necessárias para o desenvolvimento pedagógico (SILVIA, 2009, p.70).

Com tantos resultados a serem alcançados, a gestão escolar necessita de um bom planejamento na busca do equilíbrio que envolve aspectos pedagógicos e administrativos, pois um indivíduo que utiliza o planejamento como uma ferramenta no seu trabalho demonstra um interesse em prever e organizar ações e processos que vão acontecer no futuro, aumentando a sua racionalidade e eficácia. Portanto, essas ações possibilitam o alcance dos seus objetivos, visto que as suas possibilidades de sucesso com ações bem planejadas tendem muito mais a darem certo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 GESTÃO ESCOLAR E OS DESAFIOS ATUAIS

Fazer uma viagem na história educacional e refletir na evolução cultural e intelectual do sistema de ensino se faz necessário para que possamos compreender de maneira rápida um pouco do processo de construção do tema gestão escolar. A palavra gestão vem do latim e significa no seu contexto geral “administrar”.

Segundo o dicionário Aurélio (2017), gestão é a “ação de gerir, de administrar, de governar ou de dirigir negócios públicos ou particulares”; compreende-se atualmente que gerir é um termo derivado da gestão e define a função de administrar algo que envolve recursos pessoal, financeiro e material. De acordo com Andrade (2001), gestão vai mais além, pois expressa a ação de dirigir, de administrar e de gerir a vida, os destinos, as capacidades das pessoas e as próprias coisas que lhes pertencem ou que delas fazem uso.

Acompanhando a ideia do autor, fica claro que um número grande de pessoas que compõe o meio social de hoje entende gestão como ação desprovida da visão humanista e focada mais nas atividades burocráticas de administrar.

Dessa forma, Ball (2001, p. 108) considera que:

Durante os últimos vinte anos, a gestão tem sido um mecanismo chave tanto na reforma política, quanto na reengenharia cultural no setor público [...]. Enquanto os mercados trabalham de fora para dentro, a gestão funciona de dentro para fora (BALL, 2001, p. 108).

Assim, uma gestão democrática que prega a igualdade, aberta onde há uma maior interação entre a direção, os docentes e outros funcionários, é um fator decisivo para um bom clima escolar, sendo um cenário propício para o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Isso ocorre, pois o diálogo aberto possibilita estabelecer uma relação de amizade entre alunos e professores, a partir da descoberta do que pensa e de como vive em grupo. Possibilita também conhecer e compartilhar novos olhares e atitudes sobre o tema em discussão que, numa perspectiva de formação vai repercutir na vida dos sujeitos envolvidos.

Assim, o conceito de gestão no meio educacional se fortalece por seu papel democrático e participativo, bem como na tomada de decisão em busca das conquistas institucionais, além do fortalecimento do processo pedagógico. Nesse cenário, o diretor não é o ponto central da administração. Aqui, profissionais congregam esforços a fim de apresentarem bons resultados, alcançados com trabalho coletivo e gestão democrática.

2.2 O DESAFIO DE AVALIAR E A VISÃO DA GESTÃO ESCOLAR

Na educação brasileira, a avaliação educacional teoricamente sofreu influência de estudos provindos de países norte-americanos dos anos 60. De acordo com Tyler (1949, p. 106, apud HOFFMANN, 2011, p. 33) a “avaliação é o processo destinado a verificar o grau em que mudanças comportamentais estão ocorrendo”. Isso reflete no modo como as escolas públicas e seus gestores estão trabalhando os resultados gerados com a avaliação.

Dessa forma, um dos maiores desafios nos dias de hoje é saber lidar com os resultados e com os indicadores educacionais, como o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. A preocupação constante com os índices tem alertado ainda mais os responsáveis por gerir o sistema de ensino para os cuidados que a escola deve ter com os alunos no que tange o abandono, a reprovação e aprovação, sendo essas razões suficientes para as mesmas se orientarem no momento de construção do seu Projeto Político Pedagógico – PPP e do Plano de Trabalho Anual – PTA.

Tudo que é planejado no ambiente escolar está associado a melhoria das metas de aprendizagem institucional. Assim, o objetivo dos gestores é alcançar os índices de

proficiências apontado e estabelecido como ideal pelo programa de verificação criado pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Diante disso, a avaliação externa é uma ferramenta avaliativa utilizada há anos pelo Ministério da Educação – MEC. Um exemplo disso é o Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB, criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, no ano de 2007.

Trata-se de um índice nacional, ou seja, aplicável a todas as regiões e a todas as redes escolares brasileiras, destinado a medir o nosso desenvolvimento educacional e a permitir a formulação de políticas públicas de educação e estratégias pedagógicas eficazes e equitativas (GREMAUD, 2009, p. 10).

O IDEB como indicador social, determina metas crescentes para o desempenho dos estudantes, onde a instituição tem se mostrado atualmente bastante preocupada em atender o tão desejado crescimento educacional. Com isso, a gestão ministerial da pasta da educação no Brasil, sempre elabora políticas e programas que valoriza e acompanha esse processo de avaliação (BRASIL, 2002, p. 120).

Assim, uma gestão deve valorizar os saberes, cumprindo com os objetivos de aprendizado dos alunos, bem como planejar e orientar os fazeres pedagógicos da equipe de alunos e professores com estratégias definidas nos descritores de desempenho da aprendizagem. No plano anual de trabalho, como metodologias para conquistar bons resultados, é possível encontrar ações como aulas-extra, seminários, simulados e cursos intensivos, dentre outros.

Além do planejamento pedagógico, muitas escolas também assumem o compromisso de preparar e melhorar a estrutura física das salas de aula e dos ambientes de aprendizagem, como o laboratório de informática, a sala multifuncional, o laboratório escolar de ciências, o espaço de lazer, isso é praticamente uma condição pré-estabelecida para proporcionar uma boa condição de aprendizado aos educandos.

De acordo com Soares (2007, p. 153), uma escola deve ser estruturada “de forma que os recursos nela existentes possam ser usados para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos”. O autor facilita nossa compreensão, quando nos leva a entender que o gestor escolar é o condutor do bom funcionamento da escola. Dessa forma, até as atividades rotineiras, como acompanhamento da frequência escolar, construção de um bom relacionamento com os pais, bem como a realização de reuniões e visitas domiciliares, fazem parte de tarefas que contribuem para o bom andamento escolar.

O que temos visto atualmente na escola da rede pública é a força da gestão em ação, na luta para conquistar a proficiência em língua portuguesa e matemática. Essa tarefa é árdua e se confronta diariamente com as deficiências que os alunos trazem de anos anteriores. O déficit em leitura e escrita, quando diagnosticado pela avaliação, assume uma necessidade de primeiro grau no trabalho dos gestores, que por sua vez organiza como ação prioritária o reforço escolar, no objetivo de sanar essa deficiência.

Assim, o trabalho incessante da gestão em busca de resultados eficientes é posto em teste constantemente. Ao elaborar uma estratégia de melhoria do aprendizado, o gestor escolar tem que articular rapidamente uma forma de combater dificuldades e obstáculos que possam atrapalhar o desenvolvimento dos alunos.

2.3 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E OS DESAFIOS DA GESTÃO ESCOLAR PARA O SUCESSO DAS AVALIAÇÕES EXTERNAS

O tema em discussão nessa pesquisa não se apresenta como algo desconhecido no Brasil. Se pararmos para conversar com pessoas ligadas ao sistema de ensino, logo veremos que estas possuem um conteúdo de informações fundamentadas nos termos da avaliação. Mesmo que fragmentado, esse conhecimento é fundamental quando fazemos uma busca por respostas ao ser questionado sobre o que é avaliar.

É no início da década de 1960, que o questionamento acerca da avaliação passa a ser difundido. A partir disso, a forte correlação entre desempenho educacional, classe social e origem (rural/urbana) dos estudantes, mesmo em circunstâncias de alto desenvolvimento social começa a receber mais atenção (GREMAUD, 2009, p. 20).

Assim, a definição do tema avaliação é a caracterização das escolas como um espaço de aprendizado bem diversificado, em diferentes níveis social e cultural. Na avaliação educacional é do conhecimento de todos que existe uma variação de teorias na maneira de pensar e conduzir o processo de avaliar na escola. Portanto, isso nos leva a pensar na variação de teorias adotadas, permitindo a identificação logo que estudamos o conceito.

Diante do que foi exposto, constatamos que há dois tipos de avaliação. Em sua dimensão, a primeira é identificada como avaliação interna. Nessa o professor usa o processo como parte de suas ações pedagógicas no dia a dia da sala de aula e visa conhecer

os saberes adquiridos no cotidiano. A segunda é a avaliação externa, onde o foco é avaliar em escala maior, utilizando-se do método para acompanhar o crescimento escolar. A realização desse processo é feita por agentes externos (GREMAUD, 2009, p. 20).

No âmbito da avaliação escolar, compreender o sentido real da avaliação se faz necessário para que possamos definir e apresentar a ideia concreta e formal de avaliação externa (HOFFMANN, 2005, p. 13). Temos de desvelar contradições e equívocos teóricos dessa prática, construindo um “ressignificado” para a avaliação. De modo a acompanhar o pensamento da autora, se faz necessário assumir um novo propósito com o processo metodológico da avaliação. Assim, definir com clareza o seu significado e objetivo é o primeiro passo nessa conquista.

De acordo com Hoffmann (2005 p. 13):

Dar nota é avaliar, fazer prova é avaliar, o registro das notas denomina-se avaliação. Ao mesmo tempo, vários significados são atribuídos ao tema: análise de desempenho, julgamento de resultados, medida de capacidade, apreciação do (todo) do aluno (HOFFMANN, 2005, p. 13).

Isso nos permite, mesmo não tendo ainda compreendido de fato o significado da avaliação, fazer de forma reflexiva uma prévia do que é avaliação e quando devemos realiza-la para obtermos o sucesso desejado nesse processo. Porém, em muitos momentos encaramos a avaliação como um mostro que vem assombrar todos os envolvidos direta ou indiretamente no sistema de ensino, seja nas instituições públicas ou privadas.

A clareza de concepção de avaliação na educação é aspecto fundamental para que a aprendizagem possa cumprir com conhecimento de causa a sua função primordial: levar o ser humano a perceber as condições pessoais e profissionais de que é detentor com vista ao seu bom desempenho (BOTH, 2012, p. 167).

No caso da avaliação da aprendizagem “interna”, seu objetivo é gerar informações concretas e verídicas sobre a realidade dos alunos nas diversas áreas do conhecimento ministrado na escola. Sua metodologia de aplicação pode ser diagnóstica, formativa ou somativa. Contudo, a avaliação educacional não pode e nem deve ser um carma na vida de educadores e educandos, ela necessita ser o ponto norteador da prática escolar, onde “ela deve ser o resultado de uma análise crítica, permanente, da prática pedagógica, possibilitando a leitura e a compreensão do seu desenvolvimento” (GREMAUD, 2009, p. 20).

Avaliação é um importante instrumento de significativas possibilidades práticas pedagógicas. Quando vinculadas ao processo de ensino e

aprendizagem, pode garantir um retorno permanente ao professor do que e em que medida o aluno está aprendendo (GREMAUD, 2009, p. 20).

No entendimento da prática do professor em sala de aula, esse recurso metodológico chamado avaliação é a única ferramenta capaz de ofertar ao educando um olhar interior de seu desenvolvimento educacional.

Dessa forma, quando o professor consegue manter um vínculo de bom relacionamento com os educandos, sem muito esforço ele consegue dar um retorno ao grupo de alunos sobre o resultado do desenvolvimento acadêmico do grupo, mediante aquilo que foi detectado pela avaliação.

Esse feedback não servirá somente para avaliar o aluno, seu conhecimento, mas também toda uma proposta de escola, contribuindo, assim, para validar e/ou rever o trabalho pedagógico, a cada momento em que isso se fizer necessário (RABELO, 1999, apud GREMAUD, 2009, p. 22).

Do professor, são exigidos conhecimento e facilitação do conteúdo. Sob o olhar do núcleo gestor, o mestre em sua missão tem por tarefa planejar, executar, avaliar e depois colocar para os alunos o retorno de seu trabalho e do aprendizado. Isso é bom, facilita a aproximação de professor, aluno e a compreensão das dificuldades ou avanços que a avaliação vem propor em sua prática.

Na prática avaliativa, diagnosticar assume a função de compreender o sujeito, que faz parte desse processo, no contexto em que o trabalho pedagógico será aplicado. Isso ocorre em dois momentos, inicialmente, quando verifica-se que o aluno tem condição favorável a um novo aprendizado, depois, mais a frente, é necessário conhecer os motivos não pedagógicos que leva o aprendizado dos alunos ao fracasso repetitivo.

Essa avaliação, também reverenciada pelo autor, ocorre por etapas no sistema de ensino e garante a inclusão dos conteúdos e seu aprendizado. Em sua prática avaliativa, a somatória tem o compromisso de verificar se realmente houve aprendizagem por parte dos alunos. É ela que permite a atribuição de notas e facilita a certificação de acordo como o nível de aprendizagem. Essa prática acontece no final da instrução. (PERRENOUD, 1999, apud GREMAUD, 2009, p. 22).

Assim os tipos de avaliações acima citados esclarecem acerca da avaliação educacional. De acordo com Hoffmann (2007) podemos entender que a avaliação é essencial para a educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação (HOFFMANN, 2007)

Contudo, fazer juízo equivocado sobre a avaliação pode ser prejudicial ao processo de ensino aprendizagem. Na prática, podemos ver o quanto é importante a avaliação no campo da educação. A autora fala muito bem da reflexão que podemos fazer da ação de ensinar e avaliar, a partir dessa prática.

Segundo Gadott (apud HOFFMANN, 2007, p. 15) “Um professor que não avalia constantemente a ação educativa, no sentido indagativo, investigativo do tema, instala sua docência em verdade absolutas, pré-moldadas e terminais”. Refletir no texto do autor, se faz necessário nesse momento, para entendamos como educadores têm recebido a ideia de avaliar, e como essa ideia está sendo aplicada, de acordo com as informações já contidas nessa leitura.

Ao mesmo tempo em que realizamos a reflexão, identificamos dificuldades que se tornam desafios constantes na vida de todos que estão envolvidos no processo da avaliação, sendo eles professores, alunos e gestores escolares.

Porém, os obstáculos que por anos e anos vêm dificultando a aplicação da avaliação em sua íntegra, é muitas vezes a falta de despreparo dos profissionais da educação. Lidar com o assunto, planejar a avaliação e traçar métodos pedagógicos para realização da mesma se faz necessário.

Atualmente existe um número diversificado de instrumentos de avaliação e estão disponíveis para todos os níveis de ensino, cabe ao professor identificar o que melhor se adéqua ao seu trabalho pedagógico. É importante lembrar que esses instrumentos são exigidos pela escola e alguns alunos acham importante externar sua preferência por instrumentos específicos.

Assim, convém defender que haja diversificação na utilização desses instrumentos, porque diferentes alunos conseguem demonstrar melhor o seu desempenho por meio de diferentes formas avaliativas. Dentre elas, podemos citar seminários, júri simulado, estudo de caso, autoavaliação, entrevista, debate, trabalho em grupo, dentre outras.

Portanto, essas ferramentas de avaliação descritas têm a função de contribuir com o processo se forem organizadas e inseridas corretamente. Em contrapartida, pode ser uma pedra no caminho durante o percurso em busca do aprendizado.

2.4 AVALIAÇÃO EXTERNA OU AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Recentemente, o processo de avaliação, que tem por finalidade averiguar o conhecimento educacional, ganha um aliado novo na maneira de averiguar o andamento do processo de aquisição do conhecimento. No momento atual, as avaliações que visam compreender o desempenho escolar, as “avaliações externas”, são apontadas como uma ideia favorável e eficiente na missão de detectar situações reais dos estudantes e das instituições:

[...] procedimentos tradicionais de avaliação educacional somam-se, no período mais recente, outros tipos de avaliação educacional: as avaliações externas, normalmente realizadas em longa escola (GREMAUD, 2009, p. 23).

Dessa forma, o propósito das avaliações educacionais em longa escala é adotar diferentes meios em prol dos objetivos que mudam constantemente. Exemplo de objetivos que se destacam é a certificação, autoavaliação, prestação de contas e credenciamento (GREMAUD, 2009, p. 23).

Na história educacional, as metodologias avaliativas “institucionais” se fortalecem ano após ano, mas não perde suas características fundamentais da avaliação educacional. Assim, os princípios da avaliação, que é diagnosticar, formativa e somativa, continuam presentes e fortes, mas o foco passa a ser o sistema de ensino e não o desempenho dos alunos.

Para Freitas (2014, p. 1097):

As avaliações externas conectam-se com este processo complexo que ocorre, predominantemente, no interior da sala de aula para controlar o processo pedagógico – mas que tem suporte no planejamento da própria escola quando ela reage aos resultados das avaliações externas, através das avaliações internas [...](FREITAS, 2014, p. 1097).

Grande parte dos gestores escolares aprova a fala do autor e coloca em prática essa ideia, assumindo o compromisso de preparar e treinar as habilidades e as competências que vão ser postas em teste pelas avaliações do governo.

Na linha de pensamento de Freitas (2014), nos deparamos com a realidade das escolas e com as falhas das avaliações externas. Os governos elaboram inúmeras avaliações para conhecer a realidade do modelo de ensino que está sendo ofertado no âmbito da união e dos estados. O objetivo é conquistar o sucesso na avaliação, em sua

totalidade por nível de modalidades do ensino, desde a educação infantil ao ensino superior.

O fato das escolas agirem sob motivação externa sem que haja um movimento na própria cultura da escola que se aproprie de seus problemas, reflita, recree e participe dos processos de melhoria, bloqueia e agrava as relações de ensino. A associação entre desempenho dos alunos e pagamento dos professores, seja como salário variável, seja como bônus anual, por exemplo, turbina definitivamente esta rede de relações que se torna conflitiva e concorrencial (FREITAS, 2014, p. 1097).

Diante disso, o IDEB possui uma meta que é definida por escola e são diferenciadas por rede de ensino. Sua finalidade é bater essa meta até 2022, chegando aos seis pontos, média do país. Esse processo ocorre a cada dois anos.

Em troca desse esforço, há incentivos, que são objetos ou condições que pedem motivos e que, por isso, podem tornar-se finalidades para as quais se dirige o comportamento. Portanto, sua eficiência é proporcional às expectativas que apresentam ao indivíduo do ponto de vista de seus motivos.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho é de cunho bibliográfico, onde foram estudadas diversas literaturas referentes ao tema aqui explorado. A revisão bibliográfica não tem o intuito de fazer uma análise crítica do tema gestão escolar frente às avaliações externas, mas contribuir com o debate.

O estudo de ordem bibliográfica é pautado em material existente, como consultas realizadas em livros, artigos. Este tipo de estudo não deixa de ser também qualitativo, visto que aprofundou-se na temática e vem acrescentar uma melhor compreensão de um grupo social, de uma organização.

Para a autora deste trabalho a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que corresponde a um espaço mais profundo de relações, de processos e fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Ela pretende descrever e analisar a cultura e o comportamento do ser humano, individualmente e em grupo, do ponto de vista daquele que está sendo estudado.

Para a realização desse estudo, alguns autores contribuíram para o embasamento teórico com tema reflexivo, como Blasis (2013), Both (2012), Ball (2009), Freitas (2014), Gramaud (2009), dentre outros.

Salientando que esta abordagem é apenas uma tentativa de ressaltar a gestão escolar frente às avaliações externas onde a mesma se volta para a observação, para o observar de metodologias de salas de aula, onde haverá a partir deste olhar a possibilidade de quebrar um ciclo de práticas excludentes, de práticas pedagógicas sem inclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo cujo o tema abordou a gestão escolar frente às avaliações externas, enfatiza a importância destas avaliações que permiti não somente verificar o cumprimento do direito à aprendizagem, as avaliações externas possibilitam ainda às secretarias e escolas traçar um diagnóstico de suas redes e desenvolver estratégias para o enfrentamento dos problemas que estejam afetando o desempenho dos estudantes.

É significativo o processo de avaliação externa que nos leva a reflexão sobre o fazer pedagógico, bem como a sua complexidade clara e aparente. Se perguntarmos sobre avaliações externa a pessoas diretamente ligadas a educação, será obtida diversas respostas, muitas positivas no sentido de afirmar que a avaliação é algo positivo visto que servirá de norte para que o educador possa melhorar a cada dia a sua prática. Foi perceber com trabalho que a questão da valorização da avaliação externa vem configurando-a hoje como um dos principais elementos das políticas educacionais no sentido da melhoria da qualidade na educação.

Sob a perspectiva da garantia do direito à educação, a implantação da cultura das avaliações nas redes públicas de ensino deve ser celebrada. As avaliações externas não só permitem aos gestores e às famílias acompanhar o desempenho dos estudantes, como também traçar diagnósticos da rede e identificar desigualdades existentes entre as escolas ou mesmo dentro de uma mesma escola. O uso gerencial das avaliações é de extrema relevância para uma gestão comprometida com a qualidade e a equidade da educação.

Este estudo não tem a pretensão de desconsiderar alguma crítica a respeito das avaliações externa, pois se entende que elas são fundamentais no sentido de cada vez mais serem aprimoradas. Mais há a consciência de que ainda há muito o que ser conquistado ainda há muito caminho a ser percorrido, as avaliações externas cumprem, um papel

importante no que se refere a política educacional: verificar se o direito à aprendizagem está sendo garantido.

É importante enfatizar a função das avaliações externas em longa escala, como um instrumento que pode nortear o trabalho do educador. Gremaud (2009) afirma que “a avaliação em longa escala não é um congresso de estatísticos, mas um instrumento de educadores que sabem utiliza-la e de uma sociedade que pode compreendê-la”.

No momento em que refletimos nas palavras do autor supracitado, imediatamente percebemos a importância de compreender o processo avaliativo, principalmente no que concerne as avaliações externas, bem como a necessidade de definir metas e conquistar índices.

Portanto espera-se com este trabalho estar contribuindo no sentido também de divulgar a importância da gestão escolar frente às avaliações externas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLASIS E., FALSARELLA A. M., ALAVARSE O. M. **Avaliação e Aprendizagem: Avaliações externas: perspectivas para a ação pedagógica e a gestão do ensino.** Coordenação Eloisa de Blasis, Patricia Mota Guedes. – São Paulo: CENPEC: Fundação Itaú Social, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional da Educação – PNE/MEC.** Brasília: Inep. 2001.

BOTH, I. J. **Avaliação: “voz da consciência” da aprendizagem,** V.1, Curitiba: Intersaberes, 2012.

BALL, S. J. **Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação.** *Currículo Sem Fronteiras*, v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001.

CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do. **SPAECE: Boletim de Resultados.** Juiz de Fora: CAED, 2009.

CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do. **SPAECE: Boletim de Resultados.** Juiz de Fora: CAED, 2016.

FREITAS, L. C. de. **Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, nº. 129, p. 1085-1114. 2014.

GRAMAUD, A. P. **Guia de estudo: Avaliação continuada,** Juiz de Fora: FADEPE, p. 82. 2009.

GADOTT, M. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito.** São Paulo: Cortez, 1984.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação: mitos e desafios – uma perspectiva construtivista,** Porto Alegre, 38ª edição, editora mediação, 2007.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 15.ed
São Paulo: Cortez, p. 180. 2013.